

**Conteúdos programáticos x Proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade para o ensino da CASP: similaridade ou dissimilitude?**

**GÉSSICA ISRAELE ALVES SILVA**

FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE (FAINOR)

**KLEBER DA SILVA CAJAIBA**

FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE (FAINOR)

**RAÍSSA SILVEIRA DE FARIAS**

FEA-RP/USP

## **Conteúdos programáticos x Proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade para o ensino da CASP: similaridade ou dissimilaridade?**

### **1. INTRODUÇÃO**

O cenário da contabilidade no Brasil vem sofrendo mudanças significativas desde 2008, com a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas organizações privadas. No setor público brasileiro, esse processo ganhou notoriedade em 2010 com as chamadas *Internacional Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, editadas pela Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants – IFAC*), traduzidas ao português pelo Conselho Federal de Contabilidade. Em 2016, a Resolução CFC n.º 2016/NBCTSPEC aprovou a NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, estabelecendo nacionalmente padrões contábeis análogos aos preceitos presentes no *Conceptual Framework*, expedido pela IFAC.

As inovações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP enfatizam os atores: patrimônio público e sociedade, e impõem o regime de competência para elaboração e divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), oferecendo aos usuários bem mais do que a visão orçamentária antes priorizada (SANTOS, CASTRO, 2015; CFC, 2016).

A adequada execução das novas exigências naturalmente implica no preparo dos contadores públicos. Nesse contexto, o papel das Instituições de Ensino Superior é imprescindível, ao poderem proporcionar o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos essenciais para que o profissional possa desempenhar de maneira apropriada suas atividades, por meio de conteúdos programáticos atualizados e coerentes às necessidades exigidas pelo setor público.

A fim de contribuir para o ensino da contabilidade, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) desenvolveu uma proposta de matriz curricular para os cursos de graduação em Ciências Contábeis, no que tange: aos componentes curriculares, à carga horária, ementas, objetivos, conteúdos programáticos e sugestões de referências, incluindo disciplinas relacionadas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas.

Estudos anteriores compararam ementas curriculares de Instituições de Ensino Superior – IES com a proposta nacional de conteúdos emitida pela FBC e com as Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público (SOARES, DOMINGUES, 2010; CRUZ et al., 2013; FARIA, LEAL, 2016; VIANA et al., 2012; RODRIGUES, 2013; ALVES, 2014). A proposta nacional ainda tem sido utilizada como parâmetro comparativo em estudos sobre a relação entre grades curriculares e rendimento de estudantes dos cursos de graduação em Contabilidade (SILVA, MIRANDA, PEREIRA, 2017). No entanto, verifica-se que o foco desses estudos acabam se restringindo a uma região específica do Brasil ou abrange áreas da contabilidade que não a governamental.

Dessa forma, o presente estudo visa contribuir com a literatura no campo do ensino em contabilidade, especificamente, na área pública, analisando uma amostragem nacional (por regiões), com intuito de verificar a similaridade entre as escolhas curriculares de IES públicas brasileiras e as sugestões dos órgãos reguladores de contabilidade, ao se propor responder a seguinte questão de pesquisa: os conteúdos programáticos para o ensino da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) de Universidades Federais estão em conformidade com a Proposta de Matriz Curricular da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC)?

O objetivo foi analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Universidades Federais brasileiras, e os preceitos da Matriz Curricular proposta pela FBC.

Para tanto, analisou-se as ementas de 36 IES, utilizando-se como parâmetro o conteúdo abordado, a frequência das disciplinas na matriz curricular, a carga horária, o período em que são ofertadas as disciplinas e os seus objetivos.

Este estudo está estruturado em cinco seções. Após a introdução ora apresentada, aborda-se o referencial teórico, onde encontram-se os fundamentos que deram suporte à análise dos resultados. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos empregados para realização do estudo. Em seguida, são apresentadas as análises dos resultados encontrados, em paralelo à literatura. E, por fim, as conclusões dos autores por meio das considerações finais.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção, discorre-se sobre o ensino da contabilidade no Brasil, bem como sobre a proposta de ementa curricular da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) e os estudos anteriores e correlatos, com enfoque no ensino da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

### **2.1 Ensino da contabilidade aplicada ao setor público**

Em 1945 surgiu o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais por meio do Decreto-Lei nº. 7.988, de 22 de Setembro de 1945. Em sua primeira edição, a matriz curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública, Revisões e Perícia Contábil. O curso era proposto com duração de quatro anos, e concedia o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes (PELEIAS et al., 2007).

As motivações e finalidades para a criação do ensino contábil no Brasil foi foco de estudo de Silva e Oliveira (2016), os quais procuraram compreender essas motivações e finalidades quanto à disciplina de Contabilidade Pública. Os autores verificaram que o componente foi surgindo lentamente nas matrizes curriculares de cursos direcionados fortemente ao ensino comercial no país. As abordagens e preocupações eram voltadas a prestação de contas do investimento e orçamento público, ancorando-se em conhecimentos afins, como economia, administração e finanças.

Hoje, a contabilidade aplicada ao setor público tem como objetivo fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público, em apoio ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e ao necessário suporte para a instrumentalização do controle social (TESOURO NACIONAL, 2013).

No Brasil, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público está passando por grandes mudanças, com vistas a padronização em nível internacional dos procedimentos contábeis e o intuito de aumentar a transparência, permitindo comparabilidade entre entes, a adequada consolidação das contas públicas e a instrumentalização do controle interno, externo e social (STN, 2015).

De acordo com Nascimento et al. (2015), essas mudanças tiveram início em 2004, por meio da Portaria nº. 37, emitida pelo CFC, que instituiu um grupo de estudos com o objetivo de estudar e propor Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) alinhadas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*).

Estudos buscaram compreender a percepção de agentes, direta e indiretamente, relacionados a essas mudanças. Araújo (2012) percebeu que há uma preocupação por parte

dos contabilistas públicos brasileiros em se adequar às novas exigências e normativos e que há a necessidade de atualização e capacitação por parte dos profissionais envolvidos na execução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Bemfica et al. (2016), por meio da percepção dos coordenadores dos cursos de graduação de Ciências Contábeis do Estado de Pernambuco em relação à convergência às normas internacionais de contabilidade e o impacto no ensino, concluíram que ainda restam muitas medidas a serem adotadas na adequação do ensino diante do processo de convergência contábil e que os coordenadores são os principais agentes representantes das instituições na proposição de melhorias no ensino da contabilidade, incluindo na área Pública.

Considerando o fervor no processo de aderência brasileira às normas internacionais, a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) emitiu em 2017 uma proposta de “Matriz Curricular para o Curso de Ciências Contábeis”, como sugestão para Instituições de Ensino Superior (IES), na busca do aperfeiçoamento da ciência contábil e da capacitação e qualificação dos profissionais.

A proposta curricular oferece contribuição para a melhoria ou homogeneização das matrizes curriculares nacionais, tendo em vista as habilidades e competências esperadas dos profissionais contábeis na atualidade. A proposta, que não é de utilização obrigatória, pode ser aplicada aos projetos pedagógicos, programas e regulamentos de cada IES, no todo ou em parte, nas modalidades presencial e a distância (CARNEIRO et al., 2017).

A Matriz Curricular sugerida pela FBC para o Curso de Ciências Contábeis propôs duas disciplinas relacionadas à CASP: Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com carga horária de 60 e 120 horas respectivamente, propõe ainda, conteúdo programático, ementa e objetivos para o componente.

Conforme a Matriz proposta, os conteúdos que compõe a disciplina Finanças Públicas são Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal. A disciplina Contabilidade Aplicada ao Setor Público é composta pelos seguintes aspectos: Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Patrimônio Público; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil; Demonstrações Contábeis do Setor Público (CARNEIRO et al., 2017).

Quanto aos objetivos desses componentes curriculares, contidos na Matriz Curricular proposta pelo CFC, destaca-se da proposta:

**Finanças Públicas:** Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** Compreender o arcabouço conceitual da contabilidade aplicada ao setor público para geração de informações que orientem a tomada de decisão, contribuindo para o controle social e para a transparência do setor público (CARNEIRO et al., 2017, p. 116 e 120, respectivamente).

A publicação de uma nova proposta de matriz curricular advém da dificuldade, que muitos profissionais da contabilidade têm, no que tange às questões conceituais e da essência da aplicação das normas internacionais endossadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), a partir da emissão dos Pronunciamentos Técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e dos desafios para sua plena implementação no ambiente empresarial, bem como para o setor público também adotar as normas internacionais aplicadas ao setor público (IPSAS) emitidas pela IFAC (CARNEIRO et al., 2017).

A preocupação com a qualidade dos cursos de ensino superior é essencial para formação de profissionais qualificados para o exercício da profissão, nesse sentido que a proposta de matriz curricular para cursos de ciências contábeis insere-se.

## **2.2 Estudos anteriores e correlatos ao ensino da CASP**

Após discorrer sobre o ensino da contabilidade aplicada ao setor público, e apresentar a proposta de Matriz Curricular desenvolvida pela Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), neste tópico serão expostos alguns estudos empíricos sobre o ensino da CASP, e as relações entre as matrizes curriculares dos cursos de Ciências Contábeis e a proposta da FBC.

Soares e Domingues (2010) analisaram as ementas da disciplina contabilidade pública das instituições de ensino superior que compõem o Sistema ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), no estado de Santa Catarina. Os achados permitiram indicar que, na amostra estudada, o ensino da disciplina estava eivado de aspectos normativos importantes para formação do profissional contábil, tendo em vista que a atuação na área pública está vinculada a uma carga muito grande de regramentos. A conformidade do conteúdo das IES em relação à proposta nacional era baixa, principalmente, nos conceitos relacionados à licitações e aos controles externos e internos.

Viana et al. (2012) analisaram a adequação dos conteúdos programáticos de 10 universidades e faculdades do Amazonas, que ofertam o curso de Ciências Contábeis, quanto às Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os resultados demonstraram um índice baixo de adesão às NBCASP, aquém da realidade sugerida pelos organismos públicos e distanciada da proposta do Conselho Federal de Contabilidade para as disciplinas.

Rodrigues (2013) analisou se os conhecimentos de Contabilidade Pública, constantes dos projetos pedagógicos de 28 IES, que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis de IES do Rio Grande do Sul, para a disciplina de Contabilidade Pública, atendem ao que é proposto por organismos reguladores, além das normas contábeis específicas aplicadas ao Setor Público. Os resultados revelaram que as instituições atendiam de forma significativa as proposições da proposta curricular do CFC (79,08%) e aos itens das NBCASP (72,40%).

Nota-se uma discrepância nos resultados dos estudos relacionados, dificultando uma análise geral, uma vez que foram elaborados em períodos e locais distintos do Brasil. O presente estudo busca auxiliar nesse aspecto a medida em que se propõe a identificar as relações entre universidades federais em todas as regiões do Brasil.

Em estudo realizado por Silva, Miranda e Pereira (2017), os autores demonstram que os currículos acadêmicos das instituições públicas do tipo universidade têm maior proximidade com os conteúdos da proposta de currículo do CFC. No entanto, evidenciam que os currículos brasileiros do curso de Ciências Contábeis são bastante divergentes da proposta curricular do CFC, de forma geral. E, evidencia também que, o maior alinhamento à referida proposta tende a estar associado a maiores notas no ENADE, o que valoriza a proposta enquanto parâmetro para novas revisões curriculares no Brasil, segundo os pesquisadores.

## **3. METODOLOGIA**

O objetivo desse estudo é analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Universidades Federais brasileiras, e os preceitos da Matriz Curricular proposta pela FBC. Para tanto, classifica-se esse estudo, conforme Creswell (2010), como descritivo, de natureza qualitativa e análise documental.

Segundo Raupp e Bauren (2003, p. 81, 91) muitos estudos na área contábil utilizam a pesquisa descritiva para delinear aspectos ou comportamentos de determinada população. A abordagem qualitativa visa destacar características que na quantitativa não é possível perceber.

Segundo Gil (2002) para analisar os fatos e confrontar a visão teórica com os dados da realidade é necessário determinar os procedimentos técnicos da pesquisa, quais sejam: bibliográfico, documental, *ex-post facto*, levantamento e o estudo de caso. Assim, o presente estudo utilizou a análise documental como procedimento técnico, uma vez que os dados utilizados não receberam tratamento analítico, podendo ser reelaborados de acordo com o objeto e o objetivo da pesquisa.

A amostra do estudo é composta por 36 universidades públicas federais, que possuem o curso de Ciências Contábeis, sendo cinco da Região Centro-Oeste, dez da Região Nordeste, cinco da Região Norte, dez da Região Sudeste e seis da Região Sul, conforme Quadro 1.

**QUADRO 1 – Amostra do estudo**

REGIÃO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	CIDADES
CENTRO-OESTE	Universidade da Grande Dourados – UFGD	Dourados
	Universidade de Brasília – UNB	Brasília
	Universidade Federal de Goiás – UFG	Goiânia
	Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Cuiabá
	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS	Campo Grande
NORDESTE	Universidade Federal da Bahia – UFBA	Salvador
	Universidade Federal da Paraíba – UFPB	João Pessoa
	Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Maceió
	Universidade Federal de Sergipe – UFS	São Cristóvão
	Universidade Federal do Ceará – UFC	Benfica
	Universidade Federal do Maranhão – UFMA	São Luís
	Universidade Federal do Pernambuco – UFPE	Recife
	Universidade Federal do Piauí – UFPI	Teresina
	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Natal
	Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA	Mossoró
NORTE	Universidade Federal de Rondônia – UNIR	Porto Velho
	Universidade Federal de Roraima – UFRR	Boa Vista
	Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Manaus
	Universidade Federal do Pará – UFPA	Belém
	Universidade Federal do Tocantins – UFT	Palmas
SUDESTE	Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Vitória
	Universidade Federal Fluminense – UFF	Niterói
	Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	Juiz de Fora
	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Belo Horizonte
	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Rio de Janeiro
	Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ	São João del-Rei
	Universidade Federal de Uberlândia – UFU	Uberlândia
	Universidade Federal de Viçosa – UFV	Viçosa
	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	Diamantina
	Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	São Paulo
SUL	Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Rio Grande
	Universidade Federal do Paraná – UFPR	Curitiba
	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Porto Alegre
	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Florianópolis
	Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Santa Maria
	Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UFTP	Pato Branco

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).



Os dados coletados foram compostos pelas ementas das disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, seus objetivos e carga horária. O acesso aos *sites* das 36 IES analisadas permitiu a localização de um total de 61 ementas, 35 objetivos, 30 conteúdos programáticos, 2 súmulas e 7 competências e habilidades. A coleta ocorreu no período de 14 de fevereiro a 12 de março de 2018, por meio de consulta aos endereços eletrônicos das universidades públicas federais (Quadro 1).

Como parâmetro de análise utilizou-se as ementas das disciplinas “Finanças Públicas” e “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, propostas na Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis, cujo conteúdo apresenta para **Finanças Públicas**: Teoria das Finanças Públicas; Planejamento do Setor Público; Orçamento Público; Responsabilidade Fiscal e; para **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: Estrutura conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Patrimônio Público; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e Escrituração Contábil; Demonstrações Contábeis do Setor Público (CARNEIRO et al., 2017).

A análise dos dados, visando determinar o nível de aderência das IES à proposta de Matriz Curricular da FBC, teve como base os critérios utilizados por Viana et al. (2012). Ou seja, a IES poderá receber até oito pontos, um ponto para cada conteúdo da Matriz Curricular contemplado na disciplina analisada. Assim, quando apresentou tópico sugerido pela FBC, a IES recebeu 1 ponto e zero quando não atendeu a proposta.

Adicionalmente, foi verificada a conformidade entre os objetivos dos componentes curriculares das Universidades e aqueles contidos na Matriz Curricular proposta pela FBC. O parâmetro de comparação foram os objetivos constantes na proposta, a saber:

**Finanças Públicas:** Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação e implementação do atual arcabouço institucional e das práticas de gestão das finanças públicas no Brasil a partir do reconhecimento dos principais instrumentos adotados no ciclo de gestão dos recursos públicos: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e Programação Financeira Anual. Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas.

**Contabilidade Aplicada ao Setor Público:** Compreender o arcabouço conceitual da contabilidade aplicada ao setor público para geração de informações que orientem a tomada de decisão, contribuindo para o controle social e para a transparência do setor público (CARNEIRO et al., 2017).

A análise dos objetivos obedeceu ao mesmo critério de determinação de conformidade utilizado nas ementas, ou seja, se detectada similaridade atribuiu-se pontuação 1 para IES, em caso de não conformidade atribuiu-se 0 (zero).

Para a análise da carga horária das disciplinas ofertadas pelas IES, utilizou-se como parâmetro a carga horária apresentada na Matriz Curricular proposta pela FBC. Para tanto, somou-se as cargas horárias dos dois componentes: Finanças Públicas – 60 horas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 120 horas, totalizando 180 horas.

Por último, nos documentos disponibilizados pelas universidades federais, observou-se os dados relacionados aos semestres em que as disciplinas são ofertadas. Para uma melhor apresentação dos resultados, utilizou-se os anos como medida de tempo, sendo o primeiro ano (1º e 2º semestre), segundo ano (3º e 4º semestre), terceiro ano (5º e 6º semestre), quarto ano (7º e 8º semestre) e quinto ano (9º e 10º semestre).

A análise dos documentos disponibilizados pelas IES, tais como: ementas, objetivos, conteúdos programáticos, carga horária, semestre de oferta da disciplina e frequência das disciplinas nas matrizes curriculares foram realizadas com o intuito de atingir o objetivo da pesquisa, e serão apresentadas na sessão a seguir.

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Nesta seção, os resultados e suas respectivas análises são apresentados em cinco tópicos principais: conteúdo das ementas por região geográfica; comparativo entre carga horária das ementas e da Matriz Curricular proposta pela FBC; frequência das nomenclaturas adotadas pela IES; o período em que são ofertadas as disciplinas relacionadas à CASP e o objetivo das disciplinas de CASP e correlatas.

### **4.1 Conteúdo das ementas por região geográfica**

A primeira análise proposta busca comparar as ementas das IES quanto à matriz curricular proposta pela FBC com enfoque à região geográfica, conforme apresentado no Quadro 2. Ressalta-se que das 36 universidades estudadas, três não apresentavam a ementa em seus websites, sendo desconsideradas nessa análise, são elas: UFMS, UFPB e UFPI.

Percebe-se que nas regiões Norte e na região Nordeste três IES atingiram pontuação máxima (8 pontos). Essas regiões apresentaram maior número de IES que atendem aos quesitos propostos pela FBC que as demais. A valorização da Contabilidade Pública na região nordeste é evidenciada por Reis et al. (2007), em estudo realizado a respeito da pesquisa brasileira em contabilidade pública. Os autores concluem que, entre todas as regiões brasileiras, a Região Nordeste possui mais trabalhos acadêmicos publicados nessa área.

Contrapartida, a Região Sudeste foi a que apresentou as mais baixas pontuações, verificando-se três IES com apenas 4 pontos na avaliação de conformidade. Esse resultado pode estar atrelado à baixa oferta de disciplinas relacionadas à CASP, devido à região ter a maior concentração de indústrias no país, o que pode influenciar uma preocupação maior das IES em capacitar os estudantes para a área privada.

Reis et al. (2007) identifica que a temática e a evolução da produção dos pesquisadores nacionais na região Nordeste, que abordam assuntos relativos à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, superam a região Sudeste em mais de 6 pontos percentuais. E sugerem que as características da economia de cada região influenciam o ensino da contabilidade e a produção científica associada.

Percebe-se que entre os conteúdos propostos destacam-se em nível de similaridade os tópicos: 5. Estrutura Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e 8. Demonstrações Contábeis da CASP, por serem recorrentes em 31 aparições cada. Esses tópicos são voltados especificamente para a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, ou seja, as IES estão mais preocupadas em conceituar a CASP, apresentar as contas utilizadas e prover os futuros profissionais com conhecimentos sobre as Demonstrações Contábeis.

Em relação às Finanças Públicas pode-se notar que são poucas as IES que abordam as teorias das finanças e o planejamento do setor público. No entanto, os tópicos 3. Orçamento Público e a 4. Responsabilidade Fiscal mostraram-se presentes, ainda que timidamente.



**QUADRO 2 – Conformidade das ementas das IES quanto à matriz curricular proposta pela FBC**

REGIÃO	EMENTA  IES	Finanças Públicas				Contabilidade Aplicada ao Setor Público				TOTAL POR IES
		1. Teoria das Finanças Públicas	2. Planejamento do Setor Público	3. Orçamento Público	4. Responsabilidade Fiscal	5. Estrutura Conceitual do CASP	6. Patrimônio Público	7. PCASP e escrituração contábil	8. Demonstrações Contábeis	
CENTRO-OESTE	UFGD	1	1	1	1	1	1	0	0	6
	UNB	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFG	0	0	1	1	1	1	1	1	6
	UFMT	1	1	1	1	1	1	1	1	8
NORDESTE	UFBA	1	0	1	0	1	1	1	1	6
	UFAL	1	0	1	1	1	1	1	1	7
	UFS	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFC	1	1	1	0	1	0	1	1	6
	UFMA	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFPE	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFRN	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFERSA	1	1	1	1	1	0	1	1	7
NORTE	UNIR	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFRR	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFAM	1	0	1	0	1	1	1	1	6
	UFPA	0	0	0	1	1	1	1	1	5
	UFT	1	1	1	1	1	1	1	1	8
SUDESTE	UFES	1	1	1	1	1	1	1	1	8
	UFF	1	1	1	1	0	0	0	1	5
	UFJF	1	0	1	0	1	0	1	1	5
	UFMG	0	0	0	1	1	0	1	1	4
	UFRJ	1	0	0	1	1	0	1	1	5
	UFSJ	0	0	1	0	1	1	1	1	5
	UFU	1	0	1	0	1	0	1	0	4
	UFV	0	1	1	0	1	0	1	1	5
	UFVJM	0	0	1	0	1	0	1	1	4
UNIFESP	0	0	0	1	1	1	1	1	5	
SUL	FURG	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFPR	0	0	0	1	1	1	1	1	5
	UFRGS	1	0	1	1	1	1	1	1	7
	UFSC	0	0	1	1	0	1	1	1	5
	UFSM	0	1	1	1	1	1	1	1	7
	UFTP	1	1	1	1	1	1	1	1	8
<b>TOTAL POR EMENTA</b>		20	18	28	25	31	24	31	31	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Ao analisar os documentos das IES foi possível verificar que não há um padrão seguido pelas IES para elaboração de suas ementas, nem similaridade de resultados ao comparar IES de mesma região. Esse resultado pode estar atrelado ao fato de que os atuais cursos de Ciências Contábeis são organizados, de acordo com as orientações da Resolução do

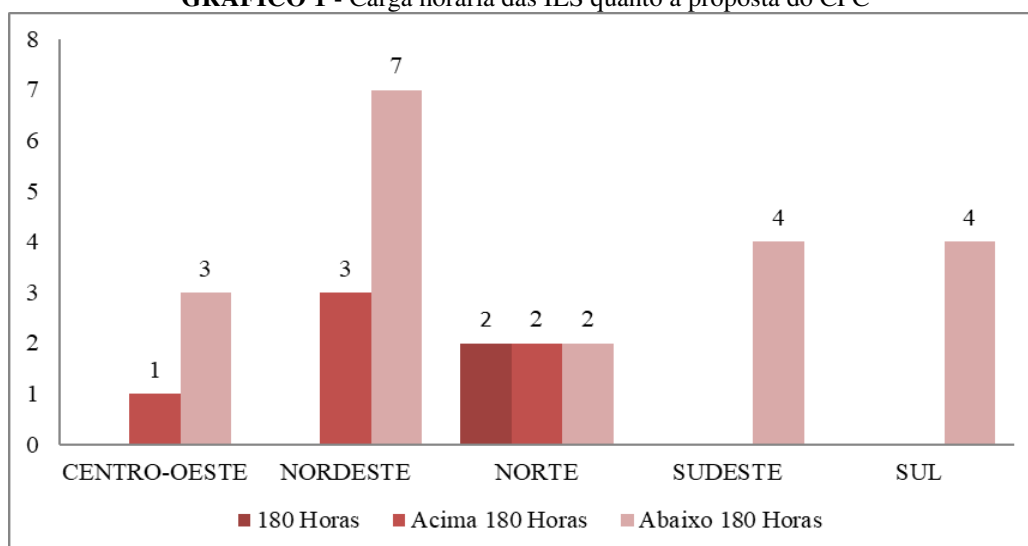
CNE/CES N° 10, de 16 de Dezembro de 2004, que apresenta uma grande liberdade para as IES definirem seus currículos plenos e assumirem a escolha do perfil de seus alunos, conforme a demanda do mercado regional (CARNEIRO et al., 2017).

## 4.2 Carga horária das disciplinas de CASP

A segunda análise proposta nesse estudo, diz respeito a Matriz Curricular proposta pela FBC quanto à carga horária indicada para as disciplinas, são elas: Finanças Públicas - 60 horas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 120 horas. No Gráfico 1 é apresentado quantas IES atendem à sugestão da Matriz Curricular da FBC de 180 de carga horária total.

Nesse quesito, seis IES não divulgaram a carga horária das disciplinas analisadas, sendo uma da Região Centro-Oeste e cinco da Região Sudeste. Observamos que apenas duas IES ofertam, na sua totalidade, a quantidade de horas sugeridas pela FBC, as quais estão localizadas na Região Norte do Brasil. No entanto, uma delas não obteve um bom desempenho no quesito de conformidade das ementas quando comparada à Matriz Curricular, e oferta duas disciplinas com as seguintes nomenclaturas: Orçamento e Contabilidade Pública; e, Contabilidade Pública Avançada. Já a outra IES obteve a pontuação máxima na avaliação da ementa, demonstrando estar de acordo com a Matriz Curricular da FBC nos dois quesitos.

**GRÁFICO 1 - Carga horária das IES quanto à proposta do CFC**



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A maioria das IES estudadas (71,43%) ofertam disciplinas com carga horária total menor do que o proposto pela FBC, entretanto, cerca de 55% dessas IES abordam em suas ementas os assuntos sugeridos pela Matriz Curricular.

Sanchez (2016) realizou um estudo a partir da percepção de professores de contabilidade governamental sobre as condições de ensino e necessidades da disciplina. Quanto à análise da carga horária, o autor aponta que a maioria dos docentes, recomendam a carga de 160 horas para a disciplina. Além disso, as IES que apresentaram os melhores resultados, com relação a atualização do conteúdo possuem maior carga horária.

## 4.3 Frequência das disciplinas por nomenclatura adotada

A Matriz Curricular proposta pela FBC sugere que as IES ofertem duas disciplinas obrigatórias, no que tange à CASP: Finanças Públicas e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Em relação às disciplinas optativas, não há sugestões de componentes curriculares.

A análise relacionada às disciplinas da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis aponta que todas as IES apresentam disciplinas relacionadas à Contabilidade Aplicada ao setor Público, no entanto diversas são as nomenclaturas utilizadas, conforme demonstrado no Quadro 3.

Na Região Centro-Oeste foram analisadas 5 IES, dessas apenas uma possui 10 semestres e as demais 8 semestres. A quantidade de matérias obrigatórias, relacionadas ao tema, são num total de 7 componentes curriculares, tendo uma média de 1,4 por IES nessa região, no que tange às matérias não obrigatórias, também denominadas optativas, somam 7 componentes curriculares.

Na Região Nordeste foram analisadas 10 IES com um total de 28 disciplinas obrigatórias relacionadas com a CASP, uma média de 2,8 componentes curriculares por IES, sendo 16 disciplinas optativas. A nomenclatura mais frequente nessa região foi a disciplina denominada “Contabilidade Governamental”, com quatro aparições.

Na Região Norte foram analisadas 5 IES com um total de 16 disciplinas obrigatórias relacionadas ao tema, uma média de 3,2 por IES, e 2 disciplinas optativas. A nomenclatura com maior aparição foi o componente curricular “Contabilidade Governamental”.

Na Região Sudeste foram analisadas 10 IES, sendo 3 composta por 10 semestres e as demais por 8 semestres. Essas IES apresentaram um total de 16 disciplinas obrigatórias relacionadas à CASP, com média de 1,6 componentes curriculares e 15 disciplinas optativas.

Por fim, na Região Sul foram analisadas 6 IES, com total de 10 componentes curriculares obrigatórios e média de 1,66 disciplinas por IES, sendo 2 disciplinas optativas. A nomenclatura com maior frequência foram “Contabilidade Pública I” e “Contabilidade Pública II”, essas disciplinas apresentam duas fases e tiveram 3 aparições cada uma.

**QUADRO 3 – Frequência das nomenclaturas para disciplinas**

REGIÃO	CENTRO-OESTE					TOTAL
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>						
Auditoria Governamental		2	1			3
Auditoria Pública		2	1			3
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	1	1				2
Contabilidade das Instituições Públicas				1		1
Contabilidade de Entidades Governamentais	1					1
Contabilidade e Auditoria Governamental				1	1	2
Contabilidade e Orçamento Público				1		1
Contabilidade Governamental		4	2	3		9
Contabilidade Governamental e Gestão Fiscal				1		1
Contabilidade Governamental I	1	1	1		1	4
Contabilidade Governamental II	1	1	1		1	4
Contabilidade para o Setor Público I		1				1
Contabilidade para o Setor Público II		1				1
Contabilidade Pública		2	1	2	1	6
Contabilidade Pública Avançada			1			1
Contabilidade Pública I		1		2	3	6
Contabilidade Pública II		1		2	3	6
Controladoria na Gestão Pública		1				1
Controladoria Pública		1				1
Controle e Avaliação da Gestão Pública	1					1
Economia do Setor Público			1			1
Elementos da Administração Pública		1				1
Execução da Gestão Pública	1					1
Finanças Públicas		1				1
Orçamento e Contabilidade Governamental		1				1
Orçamento e Contabilidade Pública			1			1
Orçamento e Finanças Governamental		1				1
Orçamento e Finanças Públicas	1	1	1			3
Orçamento Governamental				3		3
Orçamento Público		2	1			3
Planejamento e Orçamento Governamental			1			1
Planejamento e Orçamento Público		1				1
Planejamento, Orçamento e Controle Governamental			1			1
Prática Governamental		1				1
Processamento Contábil Governamental			1			1
Sistema de Informação e Accountability Governamental			1			1
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>28</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>77</b>
<b>MÉDIA DE DISCIPLINAS POR REGIÃO</b>	<b>1,4</b>	<b>2,8</b>	<b>3,2</b>	<b>1,6</b>	<b>1,7</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

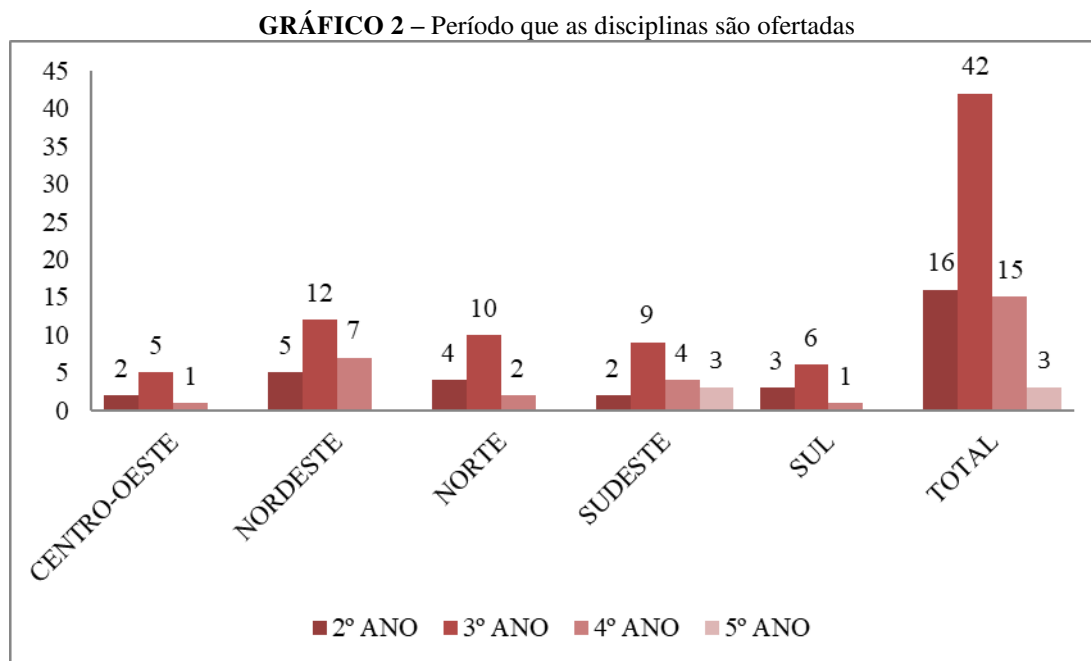
Com base na amostra analisada, a nomenclatura mais frequente é “Contabilidade Governamental”, utilizada por 4 Universidades da Região Nordeste, 3 da Região Sudeste e 2 na Região Norte. Esse termo, no entanto, não aparece na proposta de Matriz Curricular da FBC.

#### 4.4 Oferta das disciplinas CASP por período do curso

Outra análise proposta nesse estudo é evidenciada no Gráfico 2, e diz respeito ao período em que as disciplinas relacionadas à CASP estão alocadas nos cursos de Ciências Contábeis da IES estudadas. Ao analisar o Gráfico 2, percebe-se que essas são ofertadas em semestres distintos, esse resultado assemelha-se ao de Theóphilo et al. (2000) que, ao investigar as disciplinas relacionadas a Teoria da Contabilidade perceberam que o fato de não haver indicação normativa acerca dos períodos mais adequados para a disciplina, pode fazer com que as IES a posicionem nos diversos estágios do curso.

Pode-se notar que a maioria das disciplinas estão distribuídas entre o 3º e 4º ano (5º ao 8º semestre). Nesse período os alunos estão avançados no curso, têm mais experiência e presume-se ter conhecimento suficiente sobre a contabilidade, que proporcione uma melhor capacidade de entendimento da sua aplicação ao setor público, uma vez que a contabilidade pública vem se aproximando da contabilidade societária.

No estudo realizado por Sanchez (2016) junto à professores de contabilidade governamental, o autor recomenda que a disciplina relacionada à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com carga horária suficiente, seja ofertada pelas IES a partir do 5º semestre.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Slomski (2013) entende que a disciplina Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve ser estruturada com base em tudo aquilo que o aluno aprendeu nas disciplinas de Contabilidade Introdutória, Contabilidade Intermediária e Contabilidade Avançada, de modo que quando ele a estude não tenha muitas dificuldades.

Observa-se que são poucas as IES que chegam até o 5º ano (9º e 10º semestre), e cerca de 4% das disciplinas são ofertadas nesse período.

#### 4.5 Objetivos das disciplinas de CASP e correlatas

Das 36 IES que compõem a amostra desse estudo, apenas 14 divulgaram os objetivos. Esse número é considerado baixo, e assemelha-se com os achados de Paiva et al. (2016), os quais afirmam que todas as IES deveriam expor os objetivos da disciplina no plano de ensino.

No Quadro 4 temos a pontuação das IES que divulgaram os objetivos das disciplinas relacionadas à CASP em relação à conformidade dos objetivos quanto à sugestão da FBC. Podemos perceber que o tópico menos frequente é “Entender as principais definições e classificações relacionadas com receita e despesa públicas”. Em contrapartida, quase todas as IES apresentam o tópico: “Compreender os fundamentos e os princípios que norteiam a formulação prática de gestão das finanças públicas no Brasil a partir da legislação nos objetivos”.

**QUADRO 4 - Conformidade dos objetivos das IES quanto à matriz curricular proposta pelo CFC**

IES														TOTAL POR OBJETIVO
	UFBA	UFERSA	UFMA	UFRN	UFS	UFAM	UFRR	UFT	UNIR	UFES	UFJS	UFU	UFMS	
Compreender os fundamentos e os princípios de práticas de gestão	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
Entender definições e classificação de receitas e despesas	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Compreender o conceito de CASP	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	12
<b>TOTAL POR IES</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	

Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Do total de 14, apenas 2 IES apresentaram todos os tópicos sugeridos como objetivos pelo CFC. E o objetivo de “Entender de definições e classificação de receitas e despesas” foi frequente em 3 IES apenas.

Se comparado o desempenho dessas IES em relação à conformidade de suas ementas, observa-se que a UFMA, que foi um destaque nesse critério de análise, com pontuação máxima, obteve zero nos três tópicos dos objetivos apresentados na Matriz Curricular do CFC. A IES pode ter atualizado apenas os conteúdos ministrados de CASP e adotar objetivos relacionados às disciplinas de forma distinta da proposta da Matriz Curricular.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que vêm ocorrendo na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, por meio da internacionalização das suas normas, pressupõe a atualização de professores, alunos e profissionais da área contábil. Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) devem capacitar e habilitar seus alunos, facilitando o atendimento das necessidades do mercado ao propor em suas ementas conteúdos programáticos que possibilitem o desenvolvimento dessas habilidades.

O presente estudo objetivou analisar, comparativamente, as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e correlatas, ministradas nos cursos de graduação em Ciências Contábeis em Universidades Federais brasileiras, e os preceitos da Matriz Curricular proposta pela FBC.



Percebeu-se que boa parte das IES oferecem os conteúdos previstos para abordar os assuntos relacionados à CASP, mas, pouco oferecem de conteúdos referentes ao componente Finanças Públicas. Evidenciou-se um nível de conformidade entre os currículos que, em média, não pode ser considerado alto, principalmente na Região Sudeste do país. Neste quesito, a Região Nordeste se destaca na similaridade com a proposta da FBC para o ensino de CASP e Finanças Públicas.

Apesar de 9 das 36 universidades cumprirem totalmente os conteúdos previstos como ideais pela FBC (8 pontos), a quase totalidade oferece carga horária abaixo do sugerido pelo currículo nacional para a formação do profissional contador. Esse resultado corrobora a opinião dos professores de Contabilidade Governamental, conforme ressalta em seu estudo, Sanchez (2016).

No que tange ao período de oferta dessas disciplinas, pode-se notar que, normalmente estão distribuídas entre o 3º e 4º ano (5º ao 8º semestre). Nesse período, os alunos estão avançados no curso, têm mais experiência e presume-se ter conhecimento suficiente sobre a contabilidade que proporcione uma melhor capacidade de compreensão da CASP.

Quanto aos objetivos das disciplinas relacionadas ao ensino da CASP, somente 14 universidades apresentaram-nos em suas ementas. Esta postura é criticada pela literatura que apoia a importância da exposição dos objetivos de cada disciplina em suas ementas.

Nenhuma IES está em conformidade com a sugestão do currículo nacional ao nomear suas disciplinas. A nomenclatura utilizada pela FBC e apoiada pela literatura para estudo da disciplina de contabilidade pública é “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, entretanto, a mais frequente na amostra foi “Contabilidade Governamental” com 9 aparições (11,69%), seguidas das nomenclaturas: Contabilidade Pública, Contabilidade Pública I e Contabilidade Pública II com 6 aparições (7,79%) cada.

Conclui-se que, o nível de conformidade entre as ementas utilizadas pelas 36 Universidade Federais, em média, não pode ser considerado alto. Não bastasse tantas IES terem currículos incongruentes ao padrão sugerido pelo conselho da classe, percebe-se um claro déficit na quantidade de horas dedicadas às disciplinas que compõem a formação do conhecimento necessário para atuação dos futuros contadores na área pública.

Este trabalho teve como limitador a falta de padrão de divulgação das matrizes curriculares por parte das IES, como também a não divulgação ou omissão de partes das informações essenciais para compor a análise deste estudo. Com as ementas não foi diferente, encontram-se diversos modelos nas instituições tornando a análise limitada, uma vez que nem todas as IES apresentavam esse item.

Para estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra para todas as IES brasileiras reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC) e entrevistar os discentes e os docentes, a fim de verificar o nível do ensino e de conhecimento em Contabilidade Aplicada ao Setor Público de ambos, bem como de profissionais da área pública.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. Alinhamento entre os conteúdos de contabilidade nos cursos de Ciências Contábeis no Brasil com os Pronunciamentos Técnicos do CPC harmonizados com as Normas Internacionais de Contabilidade. 2014. 87f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo.

ARAÚJO, M. B. Novas tendências da Contabilidade Aplicada ao Setor Público: a percepção dos contabilistas ao processo de convergência. 2012. 106f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis e Atuariais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BEMFICA, M. F. C.; ARAÚJO, R. H. M.; SANTOS NETO, E. M.; BEMFICA, E. A. Convergências às Normas Internacionais e o Ensino da Contabilidade: uma análise sob a ótica dos coordenadores dos cursos de Ciências Contábeis de Pernambuco. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v.4, n.12, p.44-59, 2016.

CARNEIRO, J. D; RODRIGUES, A. T. L.; SILVA, A. C. R.; FRANÇA, J. A.; ALMEIDA, J. E. F.; MORAIS, M. L. S. **Matriz Curricular para Cursos de Ciências Contábeis: uma proposta da Fundação Brasileira de Contabilidade**. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2017.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público**: Edição 2010. International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), editadas pela International Federation of Accountants (IFAC), traduzidas para o português. Disponível em: . Acesso em 13 de maio de 2018.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual**. Brasília, 2016.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, N. V. S; BASTISTA, A. B.; ANDRADE, C. M.; BRUNI, A. L. O Ensino da Contabilidade vinculada à área de Custos e Gestão no Curso de Ciências Contábeis no Nordeste Brasileiro: uma análise da adequação da proposta de conteúdos abordados pelas IES às diretrizes do CFC (2009) e do ISAR/UNCTAD/ONU. In: **XXV Congresso Brasileiro de Custos**, 2013. Uberlândia, 2013.

FARIA, P. M. O.; LEAL, E. A. Análise da temática Contabilidade Gerencial na formação em Ciências Contábeis de IES mineiras à luz do Currículo Mundial e da Proposta Nacional do CFC. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.10, n.2, p.163-180, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NASCIMENTO, J. O.; SANTOS, S. M. S.; ZITTEI, M. V. M.; ARNOSTI, J. C. M. A nova Contabilidade aplicada ao setor público: uma mudança de paradigma, a contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque orçamentário e financeiro. In: **Congresso de Contabilidade**, 2015. Florianópolis, 2015.

PAIVA, A. M.; MACHADO, D. G.; CRUZ, A. P. C.; SAMPAIO, G. L. Contabilidade Fiscal: perfil do plano de ensino das disciplinas ofertadas por cursos de Ciências Contábeis. **Práticas em Contabilidade e Gestão**, v.4, n.1, p.30-52, 2016.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P.; SEGRETI, J. B.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v.18 n.spe, p.19-32, 2007.

RAUPP, F. M.; BAUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, Ilse Maria (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

REIS, L. G.; SLOMSKI, V.; PEREIRA, C. A.; MELLO, G. R. A pesquisa brasileira em Contabilidade do Setor Público: uma análise após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Revista de Informação Contábil**, v. 1, no 1 p.89-101, 2007.

RODRIGUES, E. B. M. O ensino de Contabilidade Pública em instituições de ensino superior do Rio Grande do Sul. 2013. 103f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

SANCHEZ, A. C. Percepções de professores de Contabilidade Governamental sobre as condições de ensino e necessidade da disciplina em cursos de Ciências Contábeis da região metropolitana da baixada santista. 2016. 237f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comercio Álvares Penteado - FECAP, São Paulo.

SANTOS, M. C.; CASTRO, R. G. V. O papel da Contabilidade Aplicada ao Setor Público na tomada de decisões. In: **XV Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, 2015. Bento Gonçalves, 2015.

SILVA, R. A.; OLIVEIRA, R. B. A história da disciplina de Contabilidade Pública no ensino contábil brasileiro: das aulas do comércio (1808) ao ensino superior (1945). **Comunicações**, v.23, n.3, p.33-53, 2016.

SILVA, V. R.; MIRANDA, G. J.; PEREIRA, J. M. ENADE e Proposta Curricular do CFC: um estudo em cursos brasileiros de Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.11, n.3, p. 261-275, 2017.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública: de acordo com as normas internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSASB/ IFAC/CFC)**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SOARES, M.; DOMINGUES, M. J. C. S. O ensino de Contabilidade Pública: uma análise das ementas da disciplina no Sistema ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, 2010. Vitória, 2010.

STN. SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**. Brasília, 2015.

TESOURO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7 ed., 2017.

THEÓPHILO, C. R.; SACRAMENTO, C. O. J.; NEVES, I. F.; SOUZA, P. L. O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v.11, n.3, p.3-10, 2000.

VIANA, C. C.; TAMER, C. M. V. S.; ABBUD, M. E. O. P.; LIMA, M. S. Ensino de contabilidade nas instituições de ensino superior do Amazonas: análise quanto à adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. **Gestão e Aprendizagem**, v.1, n.1, p.95-122, 2012.